

Revendo posturas, ampliando saberes: percurso de uma educadora em construção.

Ana Beatriz Araújo

Ao iniciarmos os estudos sobre convivência ética no ambiente escolar, logo ficou claro para mim que seria um período de enfrentamento e aprendizado. Muito mais que aprofundar estudos e agregar conhecimentos, o debruçar sobre os temas propostos fatalmente reverberaria em cada um de nós, provocando um movimento interno, pessoal e mais ou menos intenso, uma espécie de revisão da nossa biblioteca vivencial. Para mim, especificamente, mais do que aprender do outro e para o outro, o grupo de estudos se mostrou ambicioso no desafio que abarcou: o de contribuir para que cada educador implicado reaprendesse de si mesmo, confrontasse e ampliasse entendimentos, argumentasse sobre posicionamentos conflitantes, exercesse a escuta de discursos e a análise das próprias ações, para aproximar-se cada vez mais do “educador ideal” – aquele que afeta o seu aluno e caminha junto com ele rumo à conquista da autonomia moral.

Neste percurso, algumas experiências foram singulares e valiosas, consistindo em ricas oportunidades de troca e enriquecimento: a leitura e discussão dos textos selecionados e reunidos nos módulos, bem como as sugestões de leituras adicionais; e a participação no I Congresso Baiano de Relações Interpessoais na Escola. Vale ressaltar que não foi um período de puro prazer e contentamento; as descobertas advindas da imersão num conteúdo tão profundo e de uma necessidade tão emergente no momento em que vivemos foram, sem dúvidas, bastante lúdicas. Muito mais porque abalaram, incomodaram, desvelaram aspectos tensos – e algumas vezes, contraditórios em mim enquanto pessoa e profissional da educação. E, com isso, o meu “inquilino interno” passou a ser mais vigilante e cômico de sua responsabilidade com o compromisso assumido. Algumas decisões trazem consequências que são para a vida. Ampliar o olhar sobre a educação aponta para um caminho sem volta; o de avaliar constantemente a si mesmo, à sua prática, e de buscar a coerência entre o defendido e o praticado apontada por Freire, pois perseguir essa “utopia” é inerente a ser professor. Como acredito que **utopia é uma questão de ponto de vista**, compartilho aqui um pouco dessa jornada.

Percepções iniciais: um grupo diverso, mas uníssono.

Logo no primeiro encontro ficou claro que formávamos um grupo de educadores com vivências e inquietações diferentes acerca do mesmo tema, mas convergente no desejo de ir além e realizar mudanças. O que enriqueceu bastante os momentos de problematização, tornando as trocas desafiadoras e, portanto, ainda mais ricas. Isto porque a metodologia utilizada, aliada à condução precisa das mediadoras tornou possível, num curto espaço de tempo, identificarmos ideias novas e relacionarmos estas às que já possuíamos; ampliar o nosso olhar a partir destas relações conceituais, confrontando-as com contextos reais e conflitos concretos; e, ainda, visualizar novos desafios e perspectivas de ação.

Lições “quase” aprendidas: quando o conhecimento nos coloca na berlinda

Logo ficou evidente que as leituras prévias eram mais que necessárias e que a organização e disciplina para o registro permitia a otimização do tempo e a compatibilização das muitas demandas. Neste

aspecto deixei a desejar, pela dificuldade que senti em alimentar meu diário de bordo: as inquietações me surgiam em flashes nos momentos mais diversos, e pouco tive a presteza em registrar no papel. Muitas ideias permaneciam “na nuvem”, quase à mão, próximas o suficiente para a tradução em frases soltas ou breves parágrafos; mas algumas fatalmente se perdiam, motivo pelo qual lamento não ter me mobilizado mais à escrita. Contudo, algumas reflexões permanecem claras e pulsantes, e valem ser retomadas aqui:

Como educadores que somos, não desconhecemos que há algo maior a ser feito para promover a convivência ética no ambiente escolar. Contudo, até então, nos acomodamos. Na busca do chamado “controle da turma” (e do tempo, e dos prazos, e das nossas emoções ao nos vermos desafiados por este outro em construção, para dizer o mínimo), seguimos como bombeiros autodidatas, apagando com soluções caseiras os focos pontuais de incêndio, sem querer enfrentar a causa das chamas – sempre -reincidentes. É inerente ao ser humano buscar a zona de conforto, ainda que não conforte. Precisamos ter em mente que **nossas ações não podem ser meras reproduções de deformações coletivas**, com a desculpa de que *desde que o mundo é mundo é assim*, ou de que *uma andorinha só não faz verão*. Uma questão ficou ecoando como uma das marcas do primeiro encontro: **eu sei o que devo fazer? Se eu sei, quero fazer o que devo?** Pois, se sei, é porque há algo construído internamente em mim, um repertório, um conhecimento que me indica quais as escolhas mais acertadas, pautadas num **dever fazer**. Por outro lado, **se quero fazer o que devo**, há uma instância maior, que me impulsiona para uma ação, para um posicionamento que me faz sentir bem por ter feito, há uma energia que, associada à razão, me mobiliza à ação, que por sua vez me aquieta a alma. Assim se traduz para mim a moral e a ética, e se revela algo assustador: **muitas das nossas ações – e da nossa propensão a não agir – vêm de raízes autocentradas, heterônomas**; que, reconhecidas ou não, nos imobilizam e prendem à manutenção de um contexto adverso, que forma sujeitos tão ou mais autocentrados e heterônomos quanto nós somos.

Do fundo desse poço, e partindo dessa obscura verdade, surge a alternativa luminosa: uma vez que pretendo educar para a liberdade do pensar e agir ético, preciso antes libertar o meu eu, tanto quanto possível, de amarras explícitas e implícitas, que impedem que minha fala seja a minha prática, parafraseando Paulo Freire. Se eu tenho uma disposição reconhecida para agir, movida pela razão e pela afetividade; se eu busco significado para a minha vida e quero que o outro também o encontre, tenho que revisitar minha identidade, reconhecer meus valores, as regras que valido, os modelos que persigo. E mais, preciso entender e sentir o porquê dessas referências. Sim, sentir, porque Tognetta afirma com veemência que **é preciso se sentir valor para valorizar o outro**. E, para nós, educadores, valorizar o outro se traduz em buscar recursos para acolher o repertório da infância, para dar conta das demandas de cada um e encaminhá-las rumo ao reconhecimento de si e do outro, na compatibilização entre o individual e o coletivo, na construção do equilíbrio autônomo que nós mesmos buscamos. Me parece claro, portanto que, se não há uma receita, há um caminho: estudo, reflexão, prática e auto avaliação permanentes.

Dúvidas que alimentam a busca e percepções que libertam

Como em educação não há caminho fácil – pois estamos tratando do maravilhoso complexo humano, o que nos inclui – precisamos assumir que não, **não há oportunidade de construção da autonomia na coerção**. Mas penso que é importante relativizar algumas questões e dar-lhes o devido sentido, pois estamos tratando de pessoas em formação, moldando uma constituição subjetiva, de crianças que estão construindo conceitos, valores, crenças que irão balizar suas decisões e posicionamentos na vida adulta. Portanto, nem tudo pode ser negociado, flexibilizado ou mesmo colocado em discussão. Partindo dos conceitos menos complexos, das regras que todo espaço escolar precisa ter, percebo que

há - e sempre haverá - graus de abertura e de abordagem diversos de acordo com a faixa etária e maturidade dos grupos, regras que não são negociáveis e papéis que cabem aos adultos, como condutores atentos do processo. O que difere, drasticamente, de um ambiente coercitivo. Bem, por um lado, regras precisam de legitimidade, de sustentação. De reconhecimento, enquanto necessidade; e de adesão, enquanto princípio. Mas, como legitimar regras que parecem arbitrárias? Que, aos olhos da criança, não são evidentemente necessárias? E mais, como promover a adesão àquilo que o *eu infantil* não coloca sob o peso do bem comum - que ainda não sustenta - e sim sob a balança do desejo, que a mobiliza?

Nestas e em diversas outras situações, os enfrentamentos são inevitáveis e a busca da resposta fácil – e coercitiva, autoritária – por parte do professor, muitas vezes é uma constante. Eu mesma já me vi nesta armadilha muitas vezes, pois é trabalhoso, eu diria até exaustivo mediar conflitos. Seja para a internalização de uma regra, seja para orientar à percepção e adesão a um valor, que se traduza em posturas mais colaborativas. Mas, se me vejo e me percebo; se me reconheço, em sentimentos, emoções e crenças; se busco regular-me internamente: regular minha ação em relação ao outro é uma consequência. E refinar meu olhar sobre a criança que me desafia a pensar e repensar o meu fazer é, seguramente, meu exercício diário.

É válido ressaltar que as demandas mudaram, os desafios são outros; lidamos com crianças cada vez mais imersas na cultura do tédio, cada vez menos assistidas em seus lares (por motivos diversos) nas suas necessidades essenciais, cada vez mais aceleradas em seus pensamentos e fragilizadas em suas emoções. E, finalmente, considerando que nós mesmos vivemos esse tempo e sofremos deste mal, como fugir das armadilhas óbvias? Como não cair na tentação da busca das soluções imediatas, como não sacrificar o precioso momento do conflito em nome do resultado, da meta, da função acadêmica da escola? Como não repetir os mesmos erros, ainda que revestidos de outras palavras, maquiados por outras justificativas?

Ficou claro durante os encontros que, para os educadores imersos num espaço educativo no qual a gestão abraça o compromisso com a construção da autonomia moral, o desenho de um projeto neste sentido é bem mais viável, ainda que não seja fácil. Pois investir na seara da convivência, no cultivo de um ambiente escolar cooperativo, respeitoso, justo, requer um trabalho em rede, descentralizado e permanente, envolvendo toda a comunidade escolar. Ser uma ilha na escola não é tarefa simples ou confortável. Mas, para aqueles que ousarem se aventurar, fica o incentivo: se nosso eu se conecta com os princípios que orientam à *vida boa para todos*; se perseguimos os princípios da justiça e do respeito mútuo, da solidariedade e da convivência democrática, reconhecendo-os como norteadores da nossa prática e auxiliando nossos alunos a perceberem os contra valores e a buscar meios de superá-los; se acreditamos na criança e a levamos a perceber-se, como pertencente, atuante e importante, com vez e voz... então, estamos no caminho certo. Não posso afirmar quando nem necessariamente como – ainda que o grupo de estudos tenha acendido luzes – mas sei que é possível, e que mais vale mobilizar nosso potencial pelo que verdadeiramente sabemos e sentimos ser imperativo do que seguir na queixa, na apatia e na acomodação. Olho para o lado e vejo que, como eu, muitos estão em busca de fazer essa diferença, tão urgente, tão necessária para nossas crianças e jovens, e mesmo para cada um de nós. Que façamos.

E, para os momentos de angústia, nos quais fraquejar parece ser a única saída, fica a pergunta: porque insistimos em ser turistas e não peregrinos, se a essência da educação é o percurso e não o fim da viagem?